

A Auto-organização de Trabalhadoras Rurais do MST na Luta pela Soberania Alimentar: A Experiência das Camponesas do Assentamento Olga Benário

MOREIRA, Renata Couto. UFV, renatamendoim@yahoo.com.br; CORDEIRO, Ana Beatriz Machado. UFV, aninhagaia@yahoo.com.br; FONSECA, Heloyse Tomás. Marcha Mundial das Mulheres, heloyzefonseca@yahoo.com.br; MEDEIROS, Jenifer Cristine, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, jenimedeiros@yahoo.com.br; BEZERRA, Livia Morena Brantes. UFV, Morena.livia@gmail.com

Resumo

A auto-organização das mulheres na perspectiva da valorização de seu trabalho na garantia de alimentos saudáveis para suas famílias, vem enfatizada nesta experiência como necessária na promoção da agroecologia. Representando ferramentas de luta contra as formas de exclusão capitalistas, estes conhecimentos foram apropriados pelas camponesas do Assentamento Olga Benário, que indignadas com suas condições de vida, resolveram se unir para mudá-las. A experiência protagonizada por elas em 2007/2008, foi proporcionada pelo acúmulo do debate de gênero, produção e formação no MST, pela consolidação de um núcleo feminista da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) em Viçosa, cidade próxima, e pelo apoio do programa de extensão TEIA da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A demanda por pães, bolos, biscoitos, entre outras receitas que pudessem diversificar e garantir a alimentação das famílias, assim como a geração de renda, balizou a formação e a produção desenvolvidas, permeadas com estudos e reflexões sobre agroecologia, gênero e soberania alimentar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Organização de Mulheres, Desenvolvimento Rural

Contexto

No início da constituição deste assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado em Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata mineira, as agricultoras e os agricultores provenientes de regiões distintas, tiveram dificuldades de se adaptar, pois ao pensarem a produção reproduziam a lógica e o uso dos ambientes com base nos mesmos critérios utilizados na região de origem. Após a primeira colheita, perceberam que precisariam reconstruir os seus saberes para ajustar-se a essas novas condições e a partir delas garantir a produção de alimentos e a reprodução da vida. Dessa forma, constituíram-se grupos de ajuda mútua, nos quais foram feitos estudos que passaram pelos conceitos de agroecologia, de soberania e de segurança alimentar. Enquanto este associa-se à garantia da alimentação mínima necessária para um desenvolvimento humano saudável, o de soberania alimentar vai além. Incorpora a dimensão de autonomia dos povos, homens e mulheres, sobre seus recursos, escolhas e meios de produção (CARDOSO et al., 2008). Nesta concepção, lutar por alimentos saudáveis significa lutar também por mais vida, dignidade e garantia de condições de permanecer no campo. Estes estudos associados ao debate sobre relações de gênero no grupo de ajuda mútua de mulheres, formado no assentamento, foram importantes nessa experiência. Tanto para a reflexão sobre a emancipação das mesmas enquanto sujeitos históricos, como para o fortalecimento da agroecologia e do cuidado com a vida.

Em fevereiro de 2007 as assentadas começaram a se reunir, no início como um espaço de convivência, socialização dos problemas, e conversas sobre saúde, alimentação, troca de receitas para se conhecerem melhor, uma vez que vieram de diferentes regiões do Brasil. Nessas conversas percebeu-se que os anseios e as necessidades eram comuns e que, por estarem na terra, a discussão sobre a produção de alimentos estava sempre presente. Com isso veio a preocupação com a geração de renda, pois, o pouco dinheiro mal dava para o sustento da família e ainda se concentrava nas mãos dos homens. O trabalho doméstico, tarefa exclusiva das

Resumos do VI CBA e II CLAA

mulheres, era tido como trabalho improdutivo, visto que não gera renda de forma direta. Compreendendo, como salientam Faria e Nobre (2003), que é no campo da produção que se dão as definições políticas e financeiras e com consciência disso, as reuniões foram-se tornando cada vez mais uma oportunidade de auto-organização em torno da necessidade de envolvimento nas atividades produtivas, principalmente as relacionadas à segurança alimentar das famílias. Por exemplo, para adquirir o pão nosso de cada dia, as opções eram andar 7 quilômetros indo até a cidade, ou comprar pão dormido que o padeiro ia vender no assentamento mais caro que pão novo! Indignadas e insatisfeitas, percebeu-se a importância de se organizar para mudar tal condição, o que consolidou o grupo e levou à formação do Coletivo de Camponesas do Assentamento Olga Benário.

Os objetivos da experiência deste coletivo foram formar-se na busca pela emancipação, estudando sobre o papel das mulheres nas esferas reprodutivas e produtivas, como se dá a divisão sexual do trabalho na sociedade atual, como funciona a sociedade (NOBRE; FARIA; 2003), e a opção de produção caseira de alimentos naturais e mais saudáveis como proposta agroecológica para garantir a segurança alimentar e a geração de renda (CARDOSO et al.; 2008). Além disso, pretendeu-se estabelecer um grupo produtivo de padaria, para aprender e fazer pães, bolos, biscoitos, entre outras receitas que pudessem diversificar e garantir a alimentação das famílias. E o outro objetivo foi o de fortalecer a organização das mulheres, ou seja, de ser um espaço de convivência, troca de experiência, e socialização dos conhecimentos, na perspectiva estratégica da construção coletiva do conhecimento por parte dos movimentos de mulheres, descrita em Cardoso et al., (2008).

Descrição da Experiência

Realizada no Assentamento Olga Benário, BR 120, Visconde do Rio Branco/MG, antiga fazenda Santa Helena, situado na Zona da Mata mineira, Brasil, no período de 2007 e 2008, a experiência baseou-se em 20 encontros temáticos e oficinas de formação política e técnica. Assim, a produção de pães, bolos e biscoitos caseiros, que o coletivo passou a desempenhar de forma semanal, foi permeada por atividades de formação compreendendo estudos, cursos e seminários. Estes tiveram temas diversificados, desde direitos e cidadania, saúde da mulher, questões de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho e da auto-organização de mulheres, soberania alimentar e agroecologia, até higienização dos alimentos, produção de pães, bolos, biscoitos, doces e fermento artesanais.

Tratou-se da qualificação pessoal e profissional das participantes, e do fortalecimento da organização das mesmas em torno dos objetivos. As atividades de geração de renda giraram em torno da fabricação de pães, bolos e biscoitos artesanais para as famílias do assentamento e redondezas, constituindo o coletivo da padaria. Com o maior conhecimento de receitas alternativas, com destaque para os pães de abóbora, mandioca, inhame, cebola, e milho, foram sendo identificados quais ingredientes poderiam ser produzidos na própria área. Estes passaram a ser contabilizados como economias. Dessa forma, as atividades de produção das mulheres nos quintais (de ovos, abóboras, mandiocas, inhame, hortaliças e frutas, assim como a produção familiar de leite, milho, entre outros gêneros) passaram a ser valorizadas como fonte de uma alimentação mais saudável e como possibilidades de geração de renda para as camponesas, como propõe a discussão em Cardoso *et al.* (2008).

O grupo foi formado por 30 assentadas militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e recebeu colaboração de militantes de Marcha Mundial de Mulheres (MMM), núcleo Viçosa, e de estudantes e professores do programa de extensão TEIA da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A proposta de desenvolver os temas de agroecologia, gênero, soberania alimentar e suas conexões, destes movimentos sociais, e em particular do MST, balizou as

Resumos do VI CBA e II CLAA

decisões do grupo quanto à formação pretendida. Além de todo o potencial das camponesas existente da organização em um movimento social, que não pode ser contabilizado, os recursos despendidos durante a experiência com todas as atividades foram obtidos por meio de venda dos próprios produtos fabricados pelo coletivo da padaria, de investimentos próprios, de contribuições de amigos do MST, e de financiamento previsto no TEIA para atividades de formação e troca de experiências.

Resultados

Destaque inicial deve ser dado aos pães de abóbora, mandioca, inhame, cebola e milho, ao bolo de fubá e aos biscoitos de polvilho e sequilho, que agradam toda comunidade e encontram cada vez mais fregueses. O pão de “Cristo” é uma receita antiga socializada por uma das assentadas, que prepara mudas de fermento a partir da massa do próprio pão, o que além de ser prática do campo da agroecologia e garantir soberania no processo, é mais econômico que comprar o fermento biológico, e é também mais saudável e mais gostoso.

A organização do coletivo de mulheres acabou por envolver toda a comunidade no processo, ampliando a experiência agroecológica. Os homens contribuíram com a reforma do forno, e com a organização dos almoços coletivos durante as oficinas, enquanto os jovens ficaram responsáveis por organizar atividades para as crianças, e pelos mutirões de limpeza. É importante ressaltar que a partir dessas atividades, as mulheres começaram a se preocupar mais com a própria saúde e a de seus familiares, refletindo maior auto-estima, buscando participar mais dos programas públicos de saúde, como os Programas da Saúde da Família (PSF) e os de acompanhamento infantil da Pastoral da Criança. Também tiveram a iniciativa de diversificar mais o preparo dos alimentos conhecendo uma maior variedade de fontes de nutrientes e de receitas caseiras. Outro resultado importante pode ser considerado o próprio consumo de alimentos mais saudáveis, uma vez que estão consumindo pão caseiro. A fabricação semanal com sucesso de pães, bolos e biscoitos, tem garantido o consumo não só das famílias assentadas, mas também as do entorno do assentamento. Representa também uma alternativa promissora de geração de renda para as mulheres.

O aumento da participação das mulheres nos espaços coletivos deve ser considerado como outro resultado notório. Elas têm participado mais ativamente das discussões, compreendem a importância de não deixar as decisões somente nas mãos dos homens e para que isso não ocorra, sabem que tem que discutir e formular propostas. Nota-se que a tarefa doméstica, dificuldade antes encontrada pelas mulheres para participar das atividades, não tem representado mais empecilhos para os encontros devido a novas estratégias de organização do trabalho, que passa a contar com um número maior de pessoas, e isso tem representado um avanço significativo para a consolidação do grupo. A inserção das camponesas também nos outros coletivos de produção existentes no assentamento como no do mel, ou do café, caracteriza-se como resultado da auto-organização das mesmas na busca pela emancipação econômica e social. Representa também sua conscientização cada vez maior do papel das mulheres na viabilização de uma produção mais saudável, ambientalmente sustentável e mais barata, reduzindo o custo e melhorando a qualidade de vida no campo e nas cidades, como também propõem Cardoso et al. (2008).

E por fim, não pode ser esquecido, o estímulo crescente pela participação das mulheres no processo de organização e formação para voltarem aos estudos formais, sendo que a maior parte do grupo, sem formação básica completa, começou a participar da Escola de Jovens e Adultos (EJA) que foi montada no assentamento em parceria com o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) e a UFV. A experiência continua, assim, reunindo as mulheres, e fortalecendo sua auto-organização e participação nas instâncias de decisão da área,

Resumos do VI CBA e II CLAA

assim como na produção. Hoje além de venderem seus produtos diretamente a famílias do assentamento e da cidade de Visconde do Rio Branco, passaram a entregar para a prefeitura do município via o programa federal de compra direta da CONAB.

As maiores dificuldades sentidas pelo grupo, no entanto, dizem respeito a conciliar as diferentes origens e culturas de cada integrante na forma de conduzirem o trabalho tanto na esfera produtiva, como na reprodutiva. O machismo, construído socialmente dentro de cada uma, tendo dimensões e representações diferenciadas, apresentou-se como outra barreira ao processo, gerando conflitos em muitas reuniões. Trouxeram como reflexões, a dificuldade de organização do trabalho coletivo em um grupo tão heterogêneo, e, por outro lado, a sua importância para superar os anseios e as necessidades comuns. As Figuras 1 e 2 trazem fotos de duas das oficinas realizadas.



FIGURA1. Oficina de Formação do Coletivo de Mulheres do Assentamento Olga Benário.



FIGURA 2. Produção de Pães, Bolos e Biscoitos do Coletivo da Padaria

Referências

CARDOSO, E.; SCHOTTZ, V.; PACHECO, M.E. *Mulheres Construindo a Agroecologia*. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2., 2008, Rio de Janeiro. Cadernos... Rio de Janeiro, 2008. 76p.

FARIA, N.; NOBRE, M. *A Produção do Viver*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003. 104p. (Cadernos Sempreviva)